



EXAME DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS

XVI Curso Preparatório à Carreira da Magistratura

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém **48 questões** numeradas de 01 a 48, dispostas da seguinte maneira: a) questões de número 01 a 8 Direito Civil; 9 a 16 Processo Civil; 17 a 24 Direito Penal; 25 a 32 Processo Penal; 33 a 40 Direito Constitucional; 41 a 48 Direito Administrativo.
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões do seu CADERNO DE QUESTÕES estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções. Apenas uma responde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para estas provas é de **quatro horas**.
5. Reserve tempo suficiente para preencher o CARTÃO-RESPOSTA.
6. As marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão consideradas na avaliação.
7. Somente serão corrigidas as respostas transcritas no CARTÃO-RESPOSTA.
8. A marcação no CARTÃO-RESPOSTA deve obrigatoriamente ser feita com caneta esferográfica **azul** ou **preta**. A alternativa escolhida deverá ser completamente marcada.

Marcação correta: A Incorreta: A B C D
9. Quando terminar as provas, acene para chamar o aplicador e entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA e assine a lista de presença.
10. Você poderá deixar o local de prova somente após decorridas **duas horas** do início da aplicação.
11. Não será permitido que o candidato leve o CADERNO DE QUESTÕES.
12. O caderno de questões e o gabarito preliminar serão disponibilizados no site da ESMAM na segunda-feira, dia 29/01/2024, cabendo recurso no prazo de 48 horas a contar da publicação, conforme estabelecido no edital.

DIREITO CIVIL

Questão 1:

“A norma jurídica incide nas relações humanas em determinada circunstância territorial e por determinado período. Expressão da complexidade do ordenamento, numerosas leis se sucedem, emanadas por diversas fontes normativas, ao mesmo tempo em que, em contrapartida, a atividade humana produz efeitos nem sempre coincidentes com os limites territoriais e espaciais das normas jurídicas em vigor. Daí tornar-se imprescindível estabelecer limites temporais e espaciais de vigência da norma legal, para que esta possa cumprir seu papel pacificador das relações sociais, com a promoção do princípio da segurança jurídica, mediante o estabelecimento, do modo mais transparente possível, da lei aplicável” (Tepedino, Gustavo; Oliva, Milena. *Teoria Geral do Direito Civil*. Vol.1 2023).

No que concerne às disposições do Decreto-Lei n.4.657/42, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, aponte a alternativa correta:

- (A) Entende-se por *vacatio legis* o período entre a aprovação e a entrada em vigor da lei.
- (B) Designa-se “ab-rogação” a revogação parcial de um texto de lei, ao passo que “derrogação” consiste na revogação total.
- (C) Na forma da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, em caso de comprovado desconhecimento da lei é dado ao magistrado afastar a incidência da norma.
- (D) De acordo com o princípio da continuidade da lei, à exceção da previsão de vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (E) Quando houver omissão da lei, deverá o juiz, após ponderar os interesses envolvidos e realizar o sopesamento dos princípios constitucionais, decidir o conflito da maneira que lhe pareça a mais adequada.

Questão 2:

“Na verificação do negócio jurídico, cumpre de início apurar se houve uma declaração de vontade. E, depois, indagar se ela foi escoreta. (...) É que pode ter ocorrido uma declaração de vontade, mas em circunstâncias tais que não traduza a verdadeira atitude volitiva do agente, ou persiga um resultado em divórcio das prescrições legais. Nesses casos, não se nega a sua existência, pois que a vontade se manifestou e o negócio jurídico chegou a constituir-se. Recusa-lhe, porém, efeitos no ordenamento jurídico. Pode-se dizer então que há negócio jurídico, porém *defeituoso*” (Pereira, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 2004. Vol.1).

Em relação aos defeitos do negócio jurídico, aponte a alternativa correta:

- (A) Em caso de erro na manifestação da vontade, ainda que o destinatário se ofereça para executar a obrigação em conformidade com a vontade real do manifestante, é impossível a preservação do negócio jurídico.
- (B) O erro de cálculo não é motivo hábil a afetar a validade do negócio jurídico; garante-se, porém, a retificação da declaração de vontade.
- (C) Para fins de responsabilização do representado por dolo, é indiferente que o representante seja legal ou convencional.
- (D) Tanto a violência física quanto a violência moral podem configurar a coação, afetando exclusivamente o conteúdo da declaração de vontade.
- (E) É indiferente para a anulação do negócio jurídico que o dolo seja essencial ou acidental.

Questão 3:

Em 1º/01/2023, João e José celebraram negócio jurídico em que José se comprometia a pagar o valor de R\$ 1.000,00 até o dia 31/12/2023. Pactuaram ainda que, em caso de não pagamento, José incidiria em multa no montante de 10% do total, sem prejuízo de responder pelos juros e pela correção monetária.

Passando por dificuldades financeiras, João cedeu o seu crédito a Jonas em 1º/06/2023, obtendo o montante de R\$ 700,00. Desconhecendo a necessidade, Jonas deixa de notificar José da cessão de crédito.

Assinale a alternativa correta:

(A) Por não ter contratado com Jonas, José fica desobrigado de pagar a multa, os juros e a correção monetária caso não realize o pagamento na data acertada, não podendo se eximir do crédito principal.

(B) Somente após a notificação de cessão de crédito ao devedor Jonas poderá exercer atos conservatórios do crédito cedido.

(C) Em qualquer hipótese, por ter contratado diretamente com o devedor, João fica obrigado a quitar o valor caso José não realize o pagamento na data fixada.

(D) Ainda que não seja estipulada a responsabilidade do cessionário pela solvência do devedor, persiste a responsabilidade de João pela existência do crédito, por se tratar de cessão por título oneroso.

(E) Caso seja estipulada a responsabilidade de João pela solvência do devedor, em caso de inadimplemento, poderá Jonas exigir de João o pagamento da integralidade da dívida, além das despesas com a cessão e com a cobrança.

Questão 4:

“(...) a parte apelante ajuizou 03 (três) demandas com o propósito de requerer a restituição de valores supostamente descontados de forma ilegal e, cumulativamente, a condenação - em cada uma das ações - ao pagamento de indenização por danos morais. (...) constata-se que as cobranças bancárias impugnadas, na realidade, são oriundas de uma única e contínua relação jurídica (...). III - Tal postura configura abuso do direito de ação e enseja enriquecimento sem causa por parte do autor (ora recorrente), especialmente, no que concerne busca obtenção de diversas condenações por danos morais sobre uma única questão fática. IV - Em recente julgado do Tribunal Cidadão, pode-se extrair o conceito de sham litigation (litigância simulada) ou assédio processual que nada mais é do que o abuso do direito de ação capaz de configurar ato ilícito (...)” (TJAM. Apelação Cível n. 0701696-73.2022.8.04.0001. Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões).

Em relação ao abuso de direito, assinale a alternativa correta:

(A) Pela sua natureza, os direitos da personalidade não são passíveis de sofrer limitações, podendo ser exercidos com ampla liberdade pelo seu titular.

(B) O abuso de direito não está expressamente previsto na legislação, apesar de sua utilização pela doutrina e jurisprudência.

(C) O abuso de direito se configura nas hipóteses em que o direito é exercido com manifesto excesso aos limites impostos pelo seu fim econômico ou social, ou ainda, com violação da boa-fé ou dos bons costumes.

(D) É requisito da configuração do abuso de direito a ocorrência de dano.

(E) A configuração do abuso de direito tem como requisitos cumulativos o exercício do direito em manifesto excesso aos limites impostos pela sua finalidade, a violação da boa-fé e dos bons costumes.

Questão 5:

João e Maria eram casados entre si. Viviam em harmonia, até que João passou a ter desavenças políticas com Maria em razão das eleições. Por entender que havia incompatibilidade de valores, João se viu desgostoso com os rumos que havia tomado o casamento, de forma que ele resolveu abandonar a residência e Maria nunca mais teve notícias dele. Maria, triste com o término do relacionamento, se viu sozinha, morando em uma casa de 200 m², que estava registrada em nome de João. Então, Maria, após três anos, procurou um advogado para saber sobre seus direitos.

Acerca da casa em que mora Maria, responda a alternativa correta:

- (A) Considerando que o bem está registrado em nome de João, Maria não tem qualquer direito sobre o bem;
- (B) Se Maria não possuir outro bem imóvel, urbano ou rural, já tem direito à usucapião do bem;
- (C) Maria só terá direito sobre o bem após a partilha decorrente do divórcio;
- (D) Para adquirir o bem por meio de usucapião, Maria deve aguardar o prazo de 10 anos, uma vez que tem o local como sua moradia habitual;
- (E) Se Maria não possuir outro bem imóvel, urbano ou rural, terá de esperar mais 2 anos para ter direito à usucapião do bem;

Questão 6:

De acordo com o Código Civil vigente, são formas de perda da propriedade, EXCETO:

- (A) desapropriação;
- (B) perecimento;
- (C) renúncia;
- (D) alienação;
- (E) usucapião.

Questão 7:

Romeu, rico empresário, casou-se com Julieta no regime de comunhão parcial de bens. Após alguns anos de relacionamento, Julieta resolveu por fim ao casamento e requereu divórcio litigioso, em razão da discordância entre ambos quanto à partilha de bens do casal.

Antes do casamento, Romeu já era proprietário de um apartamento e recebeu doação de um automóvel de luxo de seu pai. Após o casamento,

o casal comprou um sítio, registrado unicamente em nome de Julieta e uma lancha, que foi comprada com o dinheiro da venda do automóvel de luxo recebido por Romeu. Julieta não tinha bens antes do matrimônio.

Considerando a situação hipotética e os ditames do Código Civil a respeito do regime de bens aplicável, responda a alternativa correta:

- (A) Julieta tem direito apenas à metade do sítio;
- (B) Julieta tem direito apenas à metade do apartamento e do sítio;
- (C) Julieta tem direito apenas à metade do sítio e da lancha;
- (D) Julieta tem direito apenas à metade do apartamento e da lancha;
- (E) Julieta tem direito à metade do apartamento, da lancha e do sítio.

Questão 8:

Acerca do direito das sucessões, assinale a alternativa correta:

- (A) A abertura da sucessão se dá com a morte, mas a transmissão só se dá após a realização do formal de partilha em processo de inventário;
- (B) A sucessão deve ser aberta no local do falecimento do *de cujus*;
- (C) O Código Civil conferiu tratamento igualitário entre a sucessão envolvendo pessoas casadas e a sucessão envolvendo os conviventes em união estável;
- (D) Havendo herdeiros necessários, não é possível ao testador dispor da totalidade do patrimônio, porque o Código Civil garante aos herdeiros a legítima, que é a metade dos bens da herança;
- (E) a venda ou doação de bem pelo ascendente ao descendente ou de um cônjuge ao outro importa adiantamento do que lhes cabe por herança.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 9:

Tendo em vista os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como concebidos no direito pátrio, é correto afirmar que o (a):

- (A) juiz deve ser parcial.
- (B) legitimidade da parte é, em regra, extraordinária.
- (C) parte maior de 21 anos de idade detém capacidade postulatória.
- (D) citação do réu é um dos pressupostos processuais.
- (E) advogado não tem capacidade postulatória.

Questão 10:

Os atos processuais são divididos entre atos das partes e atos judiciais. Os atos das partes podem ser:

- (A) Postulatórios, que são declarações de vontade das quais a parte dispõe sobre o objeto do processo.
- (B) Instrutórios, que são aqueles que possuem alguma solicitação ao juiz.
- (C) Reais, que são os atos não postulatórios, tais como o pagamento das custas judiciais.
- (D) Dispositivos, que são aqueles que têm por finalidade provar algo ao juiz de modo a convencê-lo sobre a verdade dos fatos.
- (E) Ordinatórios, podendo ser revistos pelo juiz quando necessários.

Questão 11:

Sobre os negócios jurídicos processuais, é correto afirmar que:

- (A) são ineficazes os negócios jurídicos processuais celebrados no âmbito dos Juizados Especiais, pois incompatíveis com os princípios que orientam esse sistema;
- (B) os negócios jurídicos processuais podem ser celebrados por pessoas relativamente incapazes, desde que regularmente assistidas;
- (C) nas causas envolvendo direitos que não admitam autocomposição, o negócio jurídico processual será válido se não gerar prejuízo a esses direitos;

- (D) é possível a celebração de negócio jurídico processual para a submissão de causa com valor superior a quarenta vezes o salário mínimo a julgamento pelos Juizados Especiais Cíveis;
- (E) o negócio jurídico processual pode ser celebrado no sistema dos Juizados Especiais, desde que observado o conjunto dos princípios que o orienta, ficando sujeito a controle judicial.

Questão 12:

A prova no sistema processual civil vigente:

- (A) só será aceita no processo se houver expressa previsão legal;
- (B) será apreciada pelo juiz independentemente da parte que requereu sua produção, desde que de forma fundamentada;
- (C) é valorada a partir do sistema da íntima convicção, como regra;
- (D) precisa ser produzida no próprio processo em análise, não se admitindo a prova emprestada;
- (E) é essencial para o julgamento da causa, não sendo possível proferir sentença sem a instauração de fase probatória.

Questão 13:

Sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, assinale a alternativa correta:

- (A) O executado será intimado pessoalmente para em 3 (três) dias, pagar o débito, pagar que o fez, ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
- (B) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as 12 (doze) últimas prestações anteriores ao ajuizamento da execução, excluídas as que se vencerem no curso do processo.
- (C) O cumprimento da prisão pelo devedor de alimentos o exonera da obrigação de pagar alimentos.
- (D) O cumprimento de sentença do título executivo que fixar alimentos será cumprido através do meio coercitivo da prisão, sem que seja possível ao juiz determinar a penhora de valores do executado, ainda que a requerimento do exequente.
- (E) O cumprimento de sentença dos alimentos provisórios será processado nos meios autos em que tenha sido proferida a sentença

Questão 14:

Sobre as regras processuais acerca do processo de execução, assinale a alternativa correta:

- (A) O exequente pode desistir da execução, mas não de eventuais medidas executivas.
- (B) A sentença arbitral é título executivo extrajudicial.
- (C) Nos embargos do executado à execução de título executivo extrajudicial, o executado poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.
- (D) O contrato de seguro de vida não é título executivo extrajudicial.
- (E) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento.

Questão 15:

Sobre os precedentes no Direito brasileiro, e considerando o texto como elemento meramente motivacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A ratio decidendi não integra o precedente judicial.
- (B) Apenas a parte dispositiva da decisão judicial integra o precedente.
- (C) Os juízes e tribunais observarão os enunciados das Súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional, mas não do Superior Tribunal de Justiça, porque apenas aquele constitui órgão cujas decisões devem ser observadas pelos demais juízes e tribunais.
- (D) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.
- (E) A doutrina não reconhece a perda da congruência social do precedente não é motivo bastante para a superação do precedente.

Questão 16:

Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

- (A) É cabível mandado de segurança contra decisão judicial, ainda que caiba recurso com efeito suspensivo.
- (B) O procedimento do mandado de segurança não comporta a concessão de liminar
- (C) Controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança.
- (D) São cabíveis honorários advocatícios na condenação em ação de mandado de segurança.
- (E) A sentença do mandado de segurança submete-se ao reexame necessário.

DIREITO PENAL

Questão 17:

Rodrigo, passeando pela praia da Ponta Negra, encontrou seu desafeto, Antônio Marques, e, com intenção de matar, começou a agredi-lo, inclusive com a utilização de uma arma branca, desferindo alguns golpes. No entanto, antes de aplicar o “golpe fatal” com a arma branca que estava em sua posse, Rodrigo, ouvindo os gritos de desespero dos filhos de Antônio Marques, recuou e ainda socorreu o seu desafeto, levando-o ao pronto socorro mais próximo do local. Antônio Marques sobreviveu aos ferimentos, com lesões corporais, e se recuperou após 45 (quarenta e cinco) dias internado na Unidade Hospitalar. Sobre o texto, marque a opção correta:

- (A) Rodrigo, com a recuperação de Antônio Marques, não responderá por crime algum.
- (B) Rodrigo responderá pelo crime de lesão corporal de natureza leve, em razão da aplicação do instituto da desistência voluntária.
- (C) Rodrigo responderá pelo crime de lesão corporal de natureza grave, tendo em vista a aplicação do instituto da desistência voluntária.
- (D) No caso, não se aplica a desistência voluntária, uma vez que a atitude de Rodrigo foi em decorrência dos gritos de desespero dos filhos de Antônio Marques.
- (E) Aplica-se o instituto do arrependimento posterior, com redução de pena para Rodrigo, que responderá pelo crime de tentativa de homicídio.

Questão 18:

Em uma festa natalina em família, diversos presentes foram abertos e distribuídos entre os familiares. Por coincidência, duas primas, Ruth e Raquel, ganharam bolsas femininas muito parecidas. No entanto, uma delas era original, de uma marca bastante conhecida, e valia aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais); enquanto a outra, de uma marca menos famosa, tinha valor aproximado de R\$ 199,00 (cento e noventa e nove reais). Ao final da festa, por engano, Raquel, que havia ganhado a bolsa de menor valor, levou para casa a bolsa mais cara, acreditando que estava levando a bolsa que havia ganhado. No outro dia, Ruth fez um boletim de ocorrência na Delegacia mais próxima à sua residência, narrando os fatos, alegando ter sido vítima de um crime.

Conforme o texto acima descrito, a conduta de Raquel pode configurar:

- (A) Crime impossível.
- (B) Erro de tipo, excluindo responsabilidade penal do agente.
- (C) Erro de proibição.
- (D) Excludente de ilicitude.
- (E) Causa extintiva de punibilidade.

Questão 19:

Em razão da adoção da teoria da tipicidade, o fato típico presume-se também ser ilícito. Entretanto, essa presunção é relativa, *iuris tantum*, tendo em vista que se torna possível a demonstração de que o fato típico praticado pode ser lícito, sendo, pois, nesse caso, uma causa de exclusão de ilicitude.

Sobre as causas excludentes de ilicitude, marque a alternativa correta:

- (A) Estão previstas tão somente na parte geral do Código Penal, quais sejam, legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito.
- (B) Os denominados ofendículos, sejam visíveis ou ocultos, são tratados de forma pacífica pela doutrina penal como estado de necessidade, sendo causa excludente de ilicitude.
- (C) Após o apito final do jogo de encerramento do Mundial de Clubes da FIFA, alguns jogadores, revoltados com as provocações e gritos de “olé”, partiram para cima de seus adversários, provocando diversas lesões corporais. Nesse contexto, não há hipótese de responsabilização penal, tendo em vista a aplicação da causa excludente de ilicitude do exercício regular do direito.

(D) Um indivíduo que, para defender-se de seu desafeto, de uma agressão injusta, atual e iminente, rouba uma arma de fogo pertencente a uma terceira pessoa, utilizando-a para matar seu desafeto, age simultaneamente em legítima defesa e estado de necessidade.

(E) Dentre os requisitos para incidência da legítima defesa estão a agressão injusta contra direito próprio ou alheio, podendo esta agressão ser atual ou futura, diante do medo ou receio futuro do agente.

Questão 20:

Dentre os Princípios Constitucionais Penais, explícitos no universo jurídico ou puramente normativos, destaca-se nos dias atuais o Princípio da Intervenção Mínima do Direito Penal ou da Subsidiariedade. E como corolário deste Princípio, surge o tão debatido na jurisprudência, Princípio da Insignificância ou Crime de Bagatela. Tem-se, a partir do entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal, que o Princípio da Insignificância deve incidir desde que haja a presença de alguns vetores, quais sejam: a) mínima ofensividade da conduta; b) ausência de periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade de comportamento; e d) inexpressividade da lesão jurídica.

Sobre o princípio da insignificância e a sua aplicação prática, de acordo com a jurisprudência, marque a opção correta:

- (A) Aplica-se em crime que envolvam violência ou grave ameaça à pessoa.
- (B) Excepcionalmente, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, admite-se o princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública.
- (C) Incide o princípio da insignificância no crime de contrabando, previsto no art. 334-A do Código Penal, que se refere a conduta de importar ou exportar mercadoria proibida.
- (D) É incompatível com o crime de furto, seja ele simples ou qualificado.
- (E) É aplicável mesmo diante do denominado “criminoso habitual”.

Questão 21:

João e Marcos combinaram de roubar uma residência. Ambos entraram na casa. Marcos usando uma pistola, exige que a moradora Raquel, mostre onde é o cofre da casa e exige que ela entregue tudo que tem de valor lá dentro (jóias e dinheiro). Durante o tempo, em que Marcos está revirando o quarto em busca de mais objetos de valor, João arrasta Raquel para a sala, que fica no piso inferior da residência, e a obriga a praticar sexo com ele. Logo, após, João e Marcos fogem de carro com os objetos do delito, veículo este com um terceiro ocupante não identificado que estava esperando o término da empreitada criminosa para que pudesse ofertar a fuga. Em relação às condutas praticadas por João e Marcos e o terceiro não identificado, assinale a afirmativa correta:

- A) João e Marcos e o terceiro não identificado responderão por roubo com causas de aumento de pena, concurso de pessoas e emprego de arma de fogo, e pelo crime de estupro, em concurso material.
- B) João será processado por roubo com causa de aumento pelo concurso de pessoas e estupro. Enquanto Marcos e o terceiro não identificado responderão por roubo com duas causas de aumento, pelo concurso de pessoas e emprego de arma de fogo.
- C) João e Marcos serão processados por roubo com duas causas de aumento, concurso de pessoas e emprego de arma de fogo, porém o terceiro não identificado responderá também por ambos os crimes, contudo por participação de menor importância e João também responderá por estupro, em concurso material.
- D) João e Marcos e o terceiro não identificado responderão por roubo com duas causas de aumento de pena pelo concurso de pessoas e emprego de arma de fogo; João responderá por estupro, ao passo que Marcos responderá por participação de menor importância no delito de estupro.
- E) João e Marcos e o terceiro não identificado responderão por roubo com causas de aumento de pena, concurso de pessoas e emprego de arma de fogo, e pelo crime de estupro, em concurso formal impróprio.

Questão 22:

André nascido em fevereiro de 1992, teve um desatendimento com o seu amigo . Em setembro de 2011, André cometeu o delito de homicídio simples contra ele. O Ministério Público ofereceu denúncia no ano de 2023. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) Não é possível dar prosseguimento à ação penal, pois já no dia ocorrido, André tinha menos de 21 anos. Logo, houve a prescrição da pretensão punitiva, pois neste caso, a prescrição é reduzida pela metade, tendo ocorrido, assim, em 2021.
- B) A prescrição da pretensão punitiva só ocorrerá em 23 anos da data dos fatos, ou seja, no ano de 2034.
- C) Verifica-se que o crime praticado é de natureza hedionda. Dessa forma, ao prazo prescricional da prescrição da pretensão punitiva acrescenta-se de 1/3, com isso, a prescrição ocorrerá apenas em 2024.
- D) Não pode haver a prescrição porque crime hediondo é imprescritível.
- E) O crime é imprescritível, uma vez que André tinha menos de 21 anos na data do ocorrido .

Questão 23:

João, após respeitado os princípios do contraditório e da ampla defesa, foi condenado por ter cometido o crime de roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo.

Considerando o que dispões o Código Penal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que as causas de aumento de pena são analisadas, pelo juiz, na:

- A) terceira fase da dosimetria da pena. No caso concreto, considerando a presença de duas causas de aumento, o juiz poderá aplicar ambas ou apenas uma delas, a que menos aumente;
- B) terceira fase da dosimetria. No caso concreto, considerando a presença de duas causas de aumento, o juiz poderá aplicar ambas ou apenas uma delas, a que mais aumente;
- C) segunda fase da dosimetria. No caso concreto, considerando a presença de duas causas de aumento, o juiz poderá aplicar ambas ou apenas uma delas, a que mais aumente;
- D) terceira fase da dosimetria. No caso concreto, considerando a presença de duas causas de aumento, o juiz deverá aplicar ambas;
- E) segunda fase da dosimetria. No caso concreto, considerando a presença de duas causas de aumento, o juiz deverá aplicar ambas.

Questão 24:

Ricardo, 18 anos, conduzia seu carro com destino ao Município de Presidente Figueredo. Ricardo estava conduzindo o seu carro obedecendo toda a legislação de trânsito. Contudo, um outro condutor de uma motocicleta que estava alcoolizado, entrou na contramão, Ricardo não conseguiu frear o veículo e evitar o contato. O veículo e a motocicleta chocaram-se frontalmente. O motoqueiro caiu e bateu a cabeça na calçada. Ricardo, abalado, saiu com o seu veículo, no meio do caminho viu um posto policial, mas não parou para pedir ajudar aos policiais. O condutor da motocicleta morreu e o o laudo de necroscópico constatou que o motivo da morte teria sido por traumatismo craniano.

Pelas razões expostas, analise penalmente as condutas praticadas por Ricardo e assinale a afirmativa correta.

- A) Deverá ser penalmente responsabilizado por omissão de socorro, tendo em vista que o resultado morte do motoqueiro foi determinado por culpa exclusiva da vítima.

B) Ele não praticou crime algum, porque a presença de concausa independente afasta a imputação de homicídio culposo, assim como a violenta emoção afasta a tipicidade do crime de omissão de socorro.

C) Deverá ser penalmente responsabilizado por homicídio culposo na condução de veículo, com a incidência da causa de aumento de omissão de socorro.

D) Ricardo deverá ser penalmente responsabilizado por homicídio culposo na condução de veículo e omissão de socorro, em concurso material.

E) Deverá ser penalmente responsabilizado por homicídio doloso na direção de veículo automotor porque não prestou socorro à vítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 25:

Camila, professora de uma escola estadual do Amazonas, ao voltar para casa no final do dia foi abordada por dois policiais que a fim de verificarem porte de drogas. Insatisfeitos com a falta de provas nos pertences de Camila os policiais resolveram abrir uma correspondência de Camila, que se encontrava na frente de sua casa, na caixa dos Correios, ao abrirem constataram a existência de 15 frascos com líquido transparente. Submetido o material a perícia, verificou-se tratar-se de cetamina, substância de controle especial. Após a apreensão, Camila foi denunciada por tráfico de drogas à Justiça Estadual do Amazonas. Ante a conduta policial para obtenção da materialidade, como Juiz Natural da causa, a decisão mais adequada é:

- (A) Declarar a ilegalidade da prova obtida por meio ilícito, pela abertura de encomenda sem autorização judicial;
- (B) Indeferir a tese de ilegalidade, pois o pacote não revelou correspondência, mas encomenda, não havendo ilegalidade na sua abertura;
- (C) Reconhecer a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar essa situação, porquanto a utilização do serviço dos Correios atrairia a competência para a Justiça Federal;
- (D) Indeferir a ilegalidade porque não estar em jogo a proteção da intimidade, tendo em vista não ser o caso de violação de comunicação não há violação da intimidade.
- (E) Acolher a tese da ilegalidade da prova obtida sem o consentimento de Camila, uma vez que se tratar de garantia absoluta a inviolabilidade das correspondências.

Questão 26:

Ao tomar conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial se dirigiu ao local do crime. Constatando a existência do crime de homicídio qual deverá ser, segundo o Código de Processo Penal, uma providência a ser tomada pelo Delegado de Polícia:

- (A) Providenciar imediatamente a remoção do corpo para o Instituto Médico Legal para fins da realização de exame cadavérico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- (B) Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, antes da chegada dos peritos criminais, os quais terão acesso após a autoridade policial relacionar os objetos no Inquérito Policial;
- (C) Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;
- (D) Ordenar a prisão temporária do indiciado, com o intuito de evitar sua fuga, sendo obrigado encaminhar em 24 (vinte e quatro) horas para autoridade judiciária realizar audiência de custódia;
- (E) Aguardar a chegada do Promotor de Justiça para realizar a oitiva do suspeito, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura e pelo respectivo Promotor de Justiça;

Questão 27:

A Perempção Penal é uma causa de extinção de punibilidade. Notabiliza-se como uma sanção em decorrência de alguns comportamentos. De acordo com o Código de Processo Penal são comportamentos que se caracterizam como Perempção, exceto:

- (A) quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no art. 36;
- (B) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito;
- (C) quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de

formular o pedido de condenação nas alegações finais;

(D) quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;

(E) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

Questão 28:

Breno, residente em Santarém, Estado do Pará, com a intenção de realizar transporte de substância entorpecente – drogas – a bordo de uma lancha Ajato, parte do Porto de Santarém com destino a cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Após o início da viagem a embarcação foi submetida a revista de Policiais Militares, que receberam a denúncia anônima de que havia transporte de drogas na referida embarcação. Com revista nos pertences embarcados houve a confirmação da existência da droga, a qual foi apreendida pelos policiais, dando voz de prisão em flagrante em face de Breno. Com a prisão de Breno a Lancha Ajato atracou no Porto de Parintins para as providências necessárias.

Assinale a opção que indica a autoridade judiciária competente para processar e julgar Breno.

- (A) Na Justiça Comum Estadual, notadamente na Vara Especializada de Drogas da Comarca de Manaus/AM em razão do destino final da Droga.
- (B) Será da Seção Judiciária do Amazonas, notadamente na Justiça Federal de Manaus/AM, tendo em vista o transporte ser em rio;
- (C) Na Justiça Comum Estadual, notadamente na Comarca de Santarém por ser a competência, no caso, fixada em razão do domicílio de Breno;
- (D) Na Seção Judiciária do Pará, especificamente na subseção judiciária de Santarém/PA, conforme a competência ser fixada pela origem da droga e o caráter interestadual do tráfico de drogas;
- (E) Na Justiça Comum Estadual, notadamente na Comarca de Parintins, considerando ser o primeiro porto em que tocar a embarcação, após o crime de transporte de drogas.

Questão 29:

No Título destinado à prova, disciplina o Código de Processo Penal:

“Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

§ 2º Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.”

Tendo em vista os dispositivos legais apresentados e as demais normas contidas no capítulo da prova do Código de Processo Penal assinale a alternativa correta.

(A) O Código de Processo Penal adota a “teoria dos frutos da árvore envenenada” (fruits of the poisonous tree) de forma absoluta, razão pela qual constatando-se a que a confissão do acusado foi obtida mediante tortura realizada por policiais, no cumprimento do mandado de prisão preventiva, é também inválido o reconhecimento do autor realizado na forma do art. 226 do CPP, por testemunhas que presenciaram o fato delitivo.

(B) A doutrina da fonte independente (independent source doctrine) constitui limitação à ilicitude da prova por derivação, sendo adotada pelos Tribunais Superiores.

(C) A confissão do acusado demonstra-se como prova irrefutável da autoria delitiva e será considerada apenas se aquele reconhecer a integralidade da acusação e já tiver confessado também na fase inquisitorial. Já o silêncio do acusado, por se tratar de um direito fundamental expressamente previsto no texto da Constituição Federal do Brasil, não importará confissão, tampouco poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz, que sequer poderá mencionar o fato na sentença, sob pena de nulidade.

(D) A “teoria da descoberta inevitável” (inevitable discovery), em que pese constituir uma das regras

de exclusão da ilicitude da prova derivada consagradas pelo direito norte-americano, não foi adotada pelo Código de Processo Penal Brasileiro. (E) Pode-se extrair do texto legal apresentado a adoção da “limitação da descontaminação” ou “limitação da mácula dissipada” (*the purged taint limitation*), segundo a qual mesmo estabelecido o nexo causal entre a licitude e a ilicitude, esse vínculo é atenuado ou quebrado pela interferência livre e voluntária de alguém, desde que tenha havido uma advertência qualificada, isto é, ciência da inadmissibilidade da prova anterior.

Questão 30:

Paulo, homem cisgênero negro, foi seguido pela Polícia Militar até a sua casa em razão de estar em “atitude suspeita”, por estar transitando na rua à noite em localidade conhecida pelo tráfico de entorpecentes. A polícia manteve campana no local e após dois rapazes saíram da residência de Paulo, com papélotes de substâncias entorpecentes, os Policiais Militares decidiram adentrar na residência de Paulo, sem sua permissão, tendo ali procedido a busca de substâncias entorpecentes. Nenhuma droga foi encontrada. Contudo, no armário de Paulo, foi encontrado um revólver de calibre de uso permitido, com numeração intacta. Perguntado se Paulo possuía o registro da arma, ele negou, razão pela qual os policiais o detiveram e o encaminharam para a Delegacia, onde foi lavrado o Auto de Prisão em Flagrante. Considerando a situação hipotética acima, assinale a alternativa correta a ser adotada no caso pela Delegada de Polícia que lavrou o Auto de Prisão em Flagrante ou pelo Juiz na Audiência de Custódia de Paulo.

(A) A prisão em flagrante deve ser homologada, pois efetivamente Paulo foi flagrado ilegalmente na posse de arma de fogo, por serendipidade, em decorrência de invasão de domicílio constitucionalmente legitimada em razão de haver fundada suspeita do estado de flagrância de Paulo em crime permanente, consistente no fato de pessoas saírem da casa de Paulo portando substâncias entorpecentes.

(B) Caso o Ministério Público requeira, o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Paulo, já que a pena do crime de posse de arma de fogo de uso permitido tem pena máxima igual a 04 (quatro) anos de detenção.

(C) Verificando, pelos antecedentes criminais, que Paulo responde a cinco ações penais pelo crime de tráfico de drogas e por homicídio qualificado o Código de Processo Penal determina que o juiz decrete, de ofício, a prisão de Paulo, independente de requerimento da Delegada de Polícia ou do Ministério Público.

(D) Considerando que a pena do crime de posse de arma de fogo de uso permitido tem pena máxima igual a 04 (quatro) anos de detenção, a

própria delegada de polícia que lavrou o flagrante deveria ter arbitrado fiança a Paulo, que poderia ser fixada até 200 salários mínimos.

(E) Uma vez que Paulo estava em flagrante cometimento do crime de tráfico de drogas, que tem pena máxima de 15 (quinze) anos de reclusão, é possível a decretação de sua prisão preventiva, a requerimento do Ministério Público, todavia, sendo Paulo um homem cisgênero, esta deverá necessariamente deverá ser convertida em prisão domiciliar caso exerça a guarda compartilhada de seu filho Andrea, de 08 anos de idade, com sua ex-companheira Maria, mulher transgênero.

Questão 31:

Sobre os procedimentos previstos na legislação processual penal pátria, assinale a alternativa incorreta.

(A) A Lei nº 9.099/95 estabelece a competência dos Juizados Especiais Criminais para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim considerados as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial. Tal legislação disciplina o procedimento sumaríssimo para o processamento de tais infrações.

(B) No procedimento especial previsto pela Lei 11.343/2006 (que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas), a interrupção da prescrição ocorre com o recebimento da denúncia, que deve ocorrer logo após o seu oferecimento caso não seja o caso de sua rejeição liminar.

(C) Na audiência de instrução e julgamento, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz impedir a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos e a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.

(D) A expedição de carta precatória para a inquirição de testemunha que resida fora da jurisdição do juiz não suspende a instrução criminal e findo o prazo marcado para o cumprimento da finalidade consignada na carta, poderá realizar-se o julgamento, mas, a todo tempo, a precatória, uma vez devolvida, será junta aos autos.

(E) Faltando o advogado constituído pelo acusado à Sessão Plenária para Julgamento pelo Tribunal do Júri, sem escusa legítima, e não constituindo acusado novo advogado, o fato será imediatamente comunicado ao presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com a data designada para a nova sessão. Não havendo escusa legítima, o julgamento será

adiado somente uma vez, devendo o acusado ser julgado quando chamado novamente, hipótese em que o juiz intimará a Defensoria Pública para o novo julgamento, que será adiado para o primeiro dia desimpedido, observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias.

Questão 32:

Ricardo foi denunciado nos seguintes termos:

“No dia 20/02/2022, por volta das 20:00, na Avenida Amazonas, nesta cidade, Ricardo subtraiu o automóvel pertencente a Rafael mediante violência exercida pelo disparo de arma de fogo contra a vítima, que somente não veio a óbito em decorrência de circunstâncias alheias à vontade do denunciado.

Informam os elementos de prova carreados aos autos do Inquérito Policial que o denunciado, armado com um revólver 38 mm, aproximou-se do automóvel da vítima e disse: ‘saia se não eu te mato’. Como a vítima acelerou o veículo, o acusado disparou contra aquela, fazendo com que a vítima sofresse lesões incapacitantes descritas no laudo de exame de corpo de delito. Após a parada do veículo o denunciado retirou a vítima do banco do motorista, jogando-o na pista e subtraiu o veículo.

Ante o exposto, o acusado praticou o crime de roubo majorado pelo uso de arma de fogo, art. 157, §2º, I do Código Penal, razão pela qual requer a sua condenação nestes termos, bem como à reparação dos danos sofridos pelo ofendido”.

Ricardo foi citado, constituiu advogado, respondeu ao processo em liberdade, porém foi declarada a sua revelia pois mudou de endereço sem comunicar ao Juízo.

A vítima habilitou-se nos autos como assistente de acusação.

Encerrada a instrução criminal, o Ministério Público ofertou legações finais pugnando pela procedência da denúncia.

A assistência de acusação pugnou pela condenação do acusado por danos materiais, morais e estéticos comprovados na instrução criminal.

Já a defesa pugnou pela fixação da pena em seu patamar mínimo

Diante do caso hipotético assinale a opção correta quanto à sentença.

(A) Em respeito ao princípio da correlação, o juiz não poderá condenar Ricardo pelo crime de latrocínio tentado (art. 152, §3º, II, c/c art. 14, II, do CP), uma vez que o Ministério Público

tipificou a conduta na denúncia como roubo majorado pelo emprego de arma de fogo.

(B) Em obediência ao princípio da inércia na jurisdição, tendo em vista que a defesa não pugnou pela sua absolvição, o Juiz não poderá absolver o acusado caso conclua que todas as provas produzidas são inadmissíveis por terem sido produzidas por meio ilícito.

(C) Tendo o acusado respondido ao processo em liberdade é vedado ao Juiz, na sentença condenatória, decretar a prisão preventiva do acusado com fundamento na garantia de aplicação da Lei Penal.

(D) Em respeito ao contraditório e à ampla defesa, Ricardo deverá ser necessariamente intimado pessoalmente da sentença, sob pena de nulidade.

(E) Caso condene Ricardo, o Juiz, na sentença penal, poderá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, caso a vítima tenha constituído assistente de acusação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 33:

Acerca de Hermenêutica Constitucional, assinale a alternativa correta:

(A) Como método de aplicação das regras, a derrotabilidade (*defeasibility*) não é expressamente adotada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal;

(B) Pelo princípio da máxima efetividade, as normas constitucionais devem ser interpretadas de forma institucionalmente adequada;

(C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as decisões aditivas se justificam em função do princípio da legalidade constitucional;

(D) A doutrina do “pensamento jurídico do possível”, de matriz italiana, não é aceita pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal;

(E) O preâmbulo da Constituição, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tem relevância jurídica na hermenêutica constitucional.

Questão 34:

Acerca de Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- (A) A inconstitucionalidade formal orgânica decorre da inobservância do devido processo legislativo;
- (B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se admite controle judicial prévio de constitucionalidade;
- (C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a cláusula de reserva de plenário não se aplica às turmas recursais dos juizados especiais;
- (D) A técnica de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade poderá ser aplicada por maioria de três quintos dos membros do plenário do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social;
- (E) O termo “estado de coisas inconstitucional” é originária da prática da jurisdição constitucional brasileira.

Questão 35:

Acerca de Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- (A) Os direitos humanos de primeira dimensão em nada se referem às liberdades individuais;
- (B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a convenção americana de direitos humanos têm natureza constitucional;
- (C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não é admissível a incidência de direitos fundamentais nas relações jurídico-privadas;
- (D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é admissível a interrupção de gravidez nos casos de gestação de feto anencéfalo;
- (E) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a posição predominante, quanto aos efeitos da decisão concessiva no mandado de injunção, é a não concretista;

Questão 36:

Acerca de Organização dos Poderes, assinale a alternativa correta:

- (A) Na esfera federal, vigora o unicameralismo federativo no poder legislativo;
- (B) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- (C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a constituição de comissões parlamentares de inquérito não configura direito subjetivo das minorias, devendo submeter-se à vontade da maioria da Casa;
- (D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a sanção presidencial convalida vício de iniciativa legislativa;
- (E) Não é vedada edição de medida provisória que verse sobre matéria de direito penal, processual penal e processual civil;

Questão 37:

Assinale a alternativa que contemple as características do Poder Constituinte Originário:

- (A) Inicial, incondicionado e ilimitado.
- (B) Permanente, ilimitado, autônomo, integral e discricionário.
- (C) Inicial, autônomo, ilimitado juridicamente, incondicional e soberano na tomada de suas decisões, poder de fato e poder político e permanente.
- (D) Inicial, condicionado, derivado, permanente.
- (E) Inicial, autônomo, limitado juridicamente, condicional, poder político e permanente.

Questão 38:

Qual das alternativas não faz parte do rol do processo legislativo do art.59 da Constituição Federal de 1988:

- (A) Resoluções.
- (B) Leis Delegadas.
- (C) Medidas provisórias.
- (D) Decreto-Lei.
- (E) Emendas à Constituição.

Questão 39:

Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, de forma expressa, em relação à União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, assinale a alternativa correta:

(A) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

(B) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

(C) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

(D) Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais; a lei disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.

(E) É assegurada, nos termos da lei complementar, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Questão 40:

Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, de forma expressa, em relação ao Poder Judiciário, assinale a **alternativa incorreta**:

(A) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

(B) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

(C) No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de três quintos de seus membros.

(D) No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal, o qual somente pode dele não conhecer com base nesse motivo pela manifestação de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento.

(E) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 41:

O regime jurídico administrativo compreende o conjunto de prerrogativas e restrições a que está submetida a Administração Pública e asseguram-lhe posição privilegiada na relação com o particular. São prerrogativas da Administração Pública, EXCETO:

- (A) desapropriar bens.
- (B) observar a finalidade pública.
- (C) requisitar bens e serviços.
- (D) ocupar temporariamente imóvel alheio.
- (E) modificar e extinguir contratos unilateralmente.

Questão 42:

A Constituição da República de 1988 (CR/1988) prevê, no art. 37, *caput*, princípios regentes da Administração Pública. A doutrina e a jurisprudência, por sua vez, elencam outros princípios aplicáveis à Administração Pública, previstos ao longo do texto constitucional e na legislação infraconstitucional.

Assinale a alternativa que contém APENAS os princípios aplicáveis à Administração Pública previstos expressamente no art. 37, *caput*, da CR/1988:

- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e motivação.
- (B) Legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e motivação.
- (C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade.
- (D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.

Questão 43:

“(…) pode-se definir o **ato administrativo** como a **declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.** (...) Visto que o ato administrativo é espécie de ato jurídico, cumpre apresentar os atributos que o distinguem dos atos de direito privado, ou seja, as características que permitem afirmar que ele se submete a um **regime jurídico administrativo** ou a um **regime jurídico de**

direito público.” (PIETRO, Maria Silvia Zanella Di. Direito Administrativo. 31ª ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 230/231). São atributos do ato administrativo, EXCETO:

- (A) Presunção de legitimidade.
- (B) Autoexecutoriedade.
- (C) Imperatividade.
- (D) Tipicidade.
- (E) Finalidade.

Questão 44:

De acordo com a Lei n. 8.249/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, com as alterações promovidas pela Lei n. 14.230/2021, é CORRETO afirmar:

- (A) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se, em quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA, a presença do elemento subjetivo dolo ou culpa.
- (B) As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.
- (C) É vedada a celebração de acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.
- (D) A ação para aplicação das sanções prevista na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência dos fatos ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- (E) A ação para aplicação das sanções prevista nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança ou da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Questão 45:

A Lei n. 14.133/21 disciplina as licitações e os contratos administrativos formalizados no âmbito da Administração Pública brasileira. Não estão abrangidas por esta lei as contratações realizadas pelo(a)(as):

- (A) Poder Judiciário e Ministério Público.
- (B) Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- (C) Prefeituras municipais.
- (D) Administração Pública Direta da União.
- (E) Autarquias públicas.

Questão 46:

Sobre o regime e o processo administrativo disciplinares dos servidores públicos do Estado do Amazonas, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) É legalmente permitida ao servidor público a acumulação remunerada de dois cargos de professor, ainda que ambos pertençam à mesma rede pública de ensino (federal, estadual ou municipal), desde que haja compatibilidade de horários.
- (B) As sanções civis, penais e disciplinares poderão acumular-se umas às outras.
- (C) São penalidades disciplinares a suspensão, a demissão, a exoneração e a cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (D) Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de trinta dias consecutivos.
- (E) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a tomar providências para apurar os fatos.

Questão 47:

O poder de polícia é uma prerrogativa pública que condiciona o exercício dos direitos e liberdades individuais ao atendimento do interesse público. São exemplos do uso do poder de polícia administrativa, EXCETO:

- (A) Lei municipal que estabelece restrições urbanísticas para a edificação vertical em zonas de uso residencial.
- (B) Apreensão pela vigilância sanitária de produtos alimentícios com prazo de validade vencido em supermercado da cidade.
- (C) Concessão de licença para a construção de imóvel para fins comerciais.
- (D) Exigência de autorização para porte de arma de fogo.
- (E) Investigação realizada por órgão de controle interno da secretaria de obras de determinado Estado, com o intuito de identificar e coibir fraudes em licitações praticadas por servidores públicos daquele órgão.

Questão 48:

Acerca da organização da Administração Pública, é CORRETO afirmar:

- (A) A desconcentração é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica; já a descentralização é a distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
- (B) As empresas públicas prestadoras de serviços públicos integram a Administração Pública Direta; ao passo que as empresas públicas exploradoras de atividade econômica fazem parte da Administração Indireta.
- (C) As pessoas jurídicas da Administração Indireta, considerando que atuam em um ambiente de livre mercado, no qual não são permitidos privilégios suscetíveis de prejudicar a ampla concorrência, se submetem exclusivamente ao regime das empresas privadas.
- (D) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Indireta, criadas por lei para desempenhar funções típicas do Estado.
- (E) A sociedade de economia mista é a pessoa jurídica cujo capital social é integralmente público, ou seja, pertence à União, aos estados, ao Distrito Federal ou aos municípios. Por sua vez, a empresa pública é aquela cujo capital social é apenas parcialmente público. A parte pública deve ser majoritária, devendo o ente público ter o controle acionário da sociedade.